

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 Uniformização da Jurisprudência</b> .....	9
1.1 A necessária uniformização da jurisprudência brasileira por meio de um sistema de precedentes judiciais....	9
1.2 Dever de estabilidade, integridade e coerência .....	23
1.3 Princípios jurídicos norteadores do sistema de precedentes .....	28
1.3.1 Princípios deontológicos: segurança jurídica e isonomia .....	28
1.3.2 Princípios pragmáticos: duração razoável do processo, desestímulo à litigância e solução para causas repetidas .....	35
<b>2 Interferência dos Precedentes Judiciais no Processo Administrativo Tributário sob a Ótica do CPC/2015</b> .....	39
2.1 Tribunal administrativo no exercício da função jurisdicional ..	39
2.2 Aplicação supletiva e subsidiária: interpretação do artigo 15 do CPC/2015.....	46
2.3 Previsibilidade nas legislações processuais específicas....	54
2.3.1. Âmbito do TIT: artigo 28 da lei paulista .....	54
2.3.2 Âmbito federal: Regimento Interno do CARF .....	60
2.4 Princípios adstritos à administração pública: moralidade, boa-fé objetiva, proteção da confiança e eficiência pública .....	65
2.5 Custos da litigância desnecessária .....	70
2.6 Dispensa de interposição de recursos judiciais pelas Procuradorias: uma questão de coerência.....	74

<b>3 Aspectos Relevantes do Sistema de Precedentes</b>	
<b>Judiciais do Código de Processo Civil de 2015</b> .....	83
3.1 Modelo brasileiro de sistemas de precedentes .....	83
3.2 Breves considerações sobre ratio decidendi e obiter dictum e “distinguishing” ou “distinguish” .....	90
3.3 Os precedentes obrigatórios do CPC/2015 e seu poder de vinculação no processo administrativo tributário .....	101
3.3.1 Precedentes cuja ratio decidendi originou os enunciados de Súmulas (vinculantes e enunciados do STF e STJ) .....	106
3.3.2 Precedentes decorrentes de julgamentos em recursos especial e extraordinário .....	109
3.4 Matérias processuais do CPC/2015 com aplicação no processo administrativo tributário: aplicação dos precedentes judiciais, fundamentação e hipótese de sobrestamento .....	114
<b>4 Resultado da Pesquisa Empírica nos Tribunais Administrativos</b> .....	127
4.1 TIT – Tribunal de Impostos e Taxas.....	128
4.1.1 Metodologia aplicada .....	128
4.1.2 Resultados identificados por meio da análise qualitativa dos acórdãos do TIT.....	131
4.2 CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais .....	144
4.2.1 Metodologia aplicada .....	144
4.2.2 Resultados identificados por meio da análise qualitativa dos acórdãos do CARF .....	148
4.3 Resultado da pesquisa: qual o grau de aderência dos precedentes judiciais pelos tribunais administrativos? .....	162
<b>Conclusão</b> .....	171
<b>Referências</b> .....	177